



PODER LEGISLATIVO DE LUIZIANA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 80.888.712/0001-28

www.camaraluiziana.pr.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2024

1. DO OBJETO

O objeto do presente termo de referência é a Contratação de empresa para prestação de serviços de mudança de local de condensadora de um sistema de ar condicionado com materiais inclusos., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

Item	Descrição/Especificação	Qtd.	Und.	Valor Unt R\$	Valor Total R\$
CNAE: 4322-3/02 – Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração					
01	Prestação de serviços com fornecimento de materiais: desinstalação de condensadora 60.000 BTUS; Montagem e instalação condensadora 60.000 BTUS; Acoplamento entre as linhas e a condensadora e a evaporadora; Reinstalação da parte elétrica entre as máquinas; Limpeza das linhas frigorígenas com pressurização Materiais para execução do serviço: 06 (seis) metros de tubulação em cobre alta e baixa pressão; 02 (dois)	1	Unid.	2.000,00	2.000,00



PODER LEGISLATIVO DE LUIZIANA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 80.888.712/0001-28

www.camaraluiziana.pr.gov.br

kits parafuso fixação; 04 (quatro)				
metros cabo PP 4X4mm; tubo				
isolante 5/8; fita pvc				
TOTAL (R\$)				2.000,00

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

A presente contratação de empresa para a prestação de serviços de mudança de local da condensadora de um sistema de ar condicionado com materiais inclusos se justifica pela necessidade apresentada pelo Poder Executivo de remover a condensadora que compõe o aparelho de ar condicionado de 60.000 BTUs, atualmente localizado no plenário desta Casa de Leis. O local atual da condensadora inviabiliza a execução de uma cobertura por parte da Prefeitura, uma vez que os prédios dos dois poderes municipais são anexos um ao outro.

Além disso, a mudança de local da condensadora é essencial para garantir a integridade estrutural do edifício e para permitir futuras obras de manutenção e melhoria das instalações, sem comprometer a operação do sistema de ar condicionado. A presença da condensadora em sua localização atual pode representar um obstáculo significativo para a realização de qualquer intervenção estrutural necessária, podendo resultar em custos adicionais e atrasos nas obras planejadas pelo Poder Executivo.

Portanto, a mudança da condensadora para um local mais adequado é crucial para assegurar o bom funcionamento do sistema de ar condicionado, bem como para viabilizar a execução de projetos de infraestrutura e manutenção necessários para o pleno funcionamento do edifício que abriga esta Casa de Leis e demais instalações municipais.

4. DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aquisição fundamentada nos pressupostos do art. 75, inciso II, da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021 e no art. 3º, inciso II da Resolução nº 18/2023.



PODER LEGISLATIVO DE LUIZIANA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 80.888.712/0001-28

www.camaraluiziana.pr.gov.br

5. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

Para a presente licitação exige-se a apresentação de Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica ou certidões, que comprovem a capacidade de prestação de serviço de instalação e/ou manutenção de equipamentos de ar condicionado.

6. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – Cartão CNPJ;
- Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais;
 - Exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores;
 - Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos;
 - Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu;
- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- Regularidade para com a Fazenda Federal – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- Certidão Negativa de Débito junto ao FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Documento para comprovação de empresa optante pelo Simples, se for o caso;
- Cópia de identidade RG e CPF dos sócios ou proprietários.

7. MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- II. Prestar todas as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das



PODER LEGISLATIVO DE LUIZIANA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 80.888.712/0001-28

www.camaraluiziana.pr.gov.br

atividades;

- III. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- IV. Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação;
- V. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas no Edital e seus anexos;
- VI. Garantir o acesso seguro e desimpedido à condensadora no local atual e no novo local, permitindo que a contratada execute os procedimentos necessários para a mudança;
- VII. Assegurar que todas as normas, regulamentos e procedimentos internos sejam seguidos durante a execução da mudança, incluindo normas de segurança, ambientais e trabalhistas;
- VIII. Fornecer informações adicionais e colaborar com a contratada sempre que necessário para facilitar a execução dos trabalhos de mudança da condensadora;
- IX. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação do serviço objeto deste Termo de Referência, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- X. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- XI. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual;
- XII. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- XIII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- XIV. Manter arquivado, junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente termo, toda a documentação referente ao mesmo.

6.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

- I. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - a. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- II. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



PODER LEGISLATIVO DE LUIZIANA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 80.888.712/0001-28

www.camaraluiziana.pr.gov.br

- III. Fornecer garantia dos serviços prestados de no mínimo 90 (noventa) dias e/ou conforme previsões constantes na legislação pertinente;
- IV. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;
- V. Emitir notas fiscais correspondentes a cada empenho de despesa e após cada fornecimento ao endereço contabilidade@camaraluiziana.pr.gov.br, para devida liquidação e pagamento do objeto contratado;
- VI. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- VII. A contratada é responsável por qualquer dano causado ao patrimônio público durante a execução do objeto;
- VIII. Realizar a mudança de local da condensadora dentro do prazo acordado, garantindo a conclusão dos trabalhos dentro dos prazos estabelecidos;
- IX. Realizar todos os procedimentos necessários para a mudança da condensadora de acordo com as especificações técnicas e normas vigentes, garantindo a qualidade e segurança dos serviços prestados;
- X. Utilizar equipamentos apropriados para a remoção, transporte e instalação da condensadora, garantindo a integridade do equipamento e a segurança dos envolvidos;
- XI. Seguir rigorosamente todas as normas de segurança aplicáveis durante a execução dos serviços, visando prevenir acidentes e garantir a integridade física dos trabalhadores e das instalações;
- XII. Realizar o transporte da condensadora para o novo local de forma segura, evitando danos ao equipamento e garantindo sua integridade durante o deslocamento;
- XIII. Realizar testes de funcionamento após a instalação da condensadora no novo local, garantindo que o sistema de ar condicionado opere adequadamente após a mudança;
- XIV. Fornecer toda a documentação técnica e garantias relacionadas aos serviços prestados;
- XV. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei;
- XVI. Assumir a responsabilidade pelos custos e despesas decorrentes de licenças, tributos, taxas, fretes, emolumentos, encargos fiscais e comerciais resultantes dessa contratação e mais outras despesas diretas e indiretas de qualquer natureza, que incidam sobre os custos do objeto;
- XVII. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- XVIII. Realizar a execução do objeto do presente Termo de Referência somente após ter recebido a requisição para o respectivo período;
- XIX. Executar a prestação de serviços que compõem o presente Termo de Referência no local e nas condições estabelecidas contratualmente, de acordo com sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto;
- XX. Responsabilizar-se por eventuais danificações, riscos e avarias aos itens que estiverem sob sua responsabilidade, durante a execução do objeto;
- XXI. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do



PODER LEGISLATIVO DE LUIZIANA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 80.888.712/0001-28

www.camaraluiziana.pr.gov.br

- objeto;
- XXII. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
 - XXIII. Disponibilizar todos os produtos e equipamentos necessários para a execução dos serviços, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE;
 - XXIV. Manter contatos sempre por escrito com a contratante, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da situação, os quais deverão ser confirmados por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis;
 - XXV. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - XXVI. Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato;
 - XXVII. Não veicular, sob qualquer hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste instrumento legal.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

A entrega do objeto que compõem o presente Termo de Referência deverá ser realizada na sede deste Poder Legislativo, em data e período estabelecido pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização.

O objeto será recebido provisoriamente no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, proposta e exigências contratuais.

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e/ou Contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/21, e do art. 2º e incisos da Resolução 14/2023.

A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133/2021.

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº14.133/21.



PODER LEGISLATIVO DE LUIZIANA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 80.888.712/0001-28

www.camaraluiziana.pr.gov.br

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do objeto contratual será de 3 (três) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual ou após a nota de entrega/ordem de execução, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E RESPONSÁVEL

Os valores estimados foram estipulados levando em consideração os preços praticados no mercado, sendo que a servidora responsável foi a Sra: Etienne Tainá Damaceno Ferreira Rosina.

Para a pesquisa de preços foi realizada solicitação de cotação junto aos fornecedores abaixo descritos:

- Nelsinho Eletricista:
 - CNPJ: 48.329.778/0001-75
 - Telefone: (44) 99886-6431
 - E-mail:
- Refrigeração Mamborê:
 - CNPJ:
 - Telefone: (44) 3523-4904
 - E-mail: atendimento2@refrigeracaomambore.co.br
- Refriar:
 - CNPJ:
 - Telefone: (44) 99183-0518
 - E-mail: refriarcm@hotmail.com
- Campo Ar:
 - CNPJ: 31.021.2444/0001-84
 - Telefone: (44) 99930-2767
 - E-mail: campo_ar1999@hotmail.com



PODER LEGISLATIVO DE LUIZIANA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 80.888.712/0001-28

www.camaraluiziana.pr.gov.br

A pesquisa de preços foi conduzida com esses fornecedores após levantamento de potenciais prestadores de serviços em ferramenta de buscas na internet e empresas que prestam serviços ao Poder Executivo Municipal.

Foi realizado contato telefônico e encaminhado por e-mail aos potenciais fornecedores solicitação formal de cotação de preços, indicando prazo para envio, especificações e demais informações necessárias para a formulação de orçamento. Após decorrido o prazo e reiterado o pedido de cotação, somente uma das empresas contatadas entregou o orçamento presencialmente, sendo assim, conforme o disposto na Resolução nº 12/2023, Art. 5º, §3º, inciso II, se dá continuidade na pesquisa de preços com a proposta obtida.

As comunicações realizadas com os potenciais fornecedores encontram-se anexas ao processo administrativo que faz parte o presente Termo de Referência.

Também foi realizada pesquisa de preços no portal Compras Gov, através da ferramenta Pesquisa de Preços cujo relatório resumido se encontra anexo ao presente Termo de Referência. Destaca-se que no relatório obtido houve uma grande variação nos preços contratados por outros entes da Administração Pública e disponibilizados no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

Após avaliação dos valores fornecidos por esses fornecedores na pesquisa de preços e os estimados no PNCP, foi determinado um valor global máximo de R\$2.000,00 (dois mil reais) para a contratação.

Fundamento legal: Resolução N°12/2023

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento, decorrente da entrega dos serviços objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento das notas fiscais referentes a cada autorização de execução da prestação de serviços e após a apresentação da respectiva documentação de habilitação, devidamente atestada pelo setor competente.



13. DA SUBSTITUIÇÃO DO INSTRUMENTO DE CONTRATO POR ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO OU AUTORIZAÇÃO DE COMPRA (ART. 95, DA LEI 14.133/2021)

Embora o inciso I, do Art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, traga a literalidade no caso de substituição do instrumento do contrato por instrumento hábil, acompanhamos o entendimento do Blog Zenite, que na contratação por inexigibilidade de licitação, desde que o valor do serviço seja inferior aos limites admitidos para a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021), o caráter econômico da contratação se insere na previsão contida no inciso I do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Neste mesmo sentido, a Orientação Normativa nº 21, de 01 de junho de 2022, ao abordar as hipóteses de dispensa de parecer jurídico prévio, reconheceu a desnecessidade da formalização do pacto através de instrumento de contrato, pois a quantia da presente contratação está dentro do limite estabelecido para o que se considera pequeno valor para dispensa de licitação (inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021), de modo que a Administração pode materializar o negócio jurídico por outros instrumentos hábeis.

Não é por outro motivo que a consultoria jurídica da União, especializada virtual de aquisições, estabeleceu que “nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do objeto, do prazo de vigência, do parcelamento do fornecimento, da existência ou não de obrigações futuras e da forma empregada para selecionar o contratado (processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação), será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato possuir valor inferior aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II)”.

Neste sentido, entendemos que no presente processo de contratação direta é viável a substituição do termo contratual por ordem de execução de serviço. Importante lembrar que a ausência do instrumento de contrato não fragiliza a Administração, desde que haja processo administrativo de contratação adequadamente instruído, do qual constem todas as obrigações das partes, a exemplo de prazos, dentre outras condicionantes e, ainda, a proposta.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PODER LEGISLATIVO DE LUIZIANA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 80.888.712/0001-28

www.camaraluiziana.pr.gov.br

Os recursos para a aquisição dos itens objeto do presente Termo de Referência serão provenientes do orçamento da Câmara Municipal de Luiziana-PR, conforme previsão orçamentária específica detalhada a seguir:

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade: 01.0001 CÂMARA MUNICIPAL

Prog. Trabalho: 01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Elemento Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

F. Recurso: 1005

15. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: ____/____/2024

Aprovado em: ____/____/2024

ETIENNE TAINÁ DAMACENO FERREIRA ROSINA

Agente de Contratação

JOAQUIM PEPINELI DE ARAUJO

Presidente da Câmara Municipal